



Nota à Comunicação Social
28 de Maio de 2015

CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DA IGF SOBRE VIOLAÇÃO DO SÍGILO FISCAL DOS CONTRIBUINTES

SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS DEVE SER DEMITIDO!

As conclusões do Relatório do Inquérito levado a cabo pela Inspeção-Geral de Finanças, sobre o caso do controlo da Autoridade Tributária de acessos a dados pessoais de contribuintes específicos, revelam claramente que, para além da responsabilidade técnica dos dirigentes da AT, há em todo este processo uma responsabilidade política do Secretário de Estado da Administração Fiscal que, esse sim, deve sem delongas ser punido com a demissão do cargo que exerce.

Por um lado, porque por acção ou omissão, permitiu a existência de um sistema de excepção para o controlo do acesso aos dados pessoais de determinados contribuintes, reconhecido pela própria IGF, como “uma medida não fundamentada, arbitrária e discriminatória”, sem suporte legal “para o tratamento específico e privilegiado daquele grupo de contribuintes.

Por outro, porque com este procedimento, permitiu que os trabalhadores da Autoridade Tributária, no seu todo, fossem alvo de uma incidiosa campanha que afectou a sua imagem para a opinião pública, para além de os pressionar e amedrontar, condicionando o exercício das suas funções de uma forma imparcial.

Registe-se ainda o facto, de haver uma ausência de transparência na divulgação dos resultados do Inquérito da IGF, porquanto, só as conclusões foram dadas a conhecer, muito provavelmente porque facilmente se chegaria à responsabilidade e directo envolvimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais neste processo.

Como a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas salientou anteriormente, por detrás desta campanha e dos factos que lhe estiveram associados, reside a intenção do Governo de instituir uma Administração Pública que trata de forma privilegiada os poderosos e quem os representa nos governos e de condicionar o exercício da acção dos trabalhadores do sector a esta permissa.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais considera como indispensável, por parte do governo, o respeito pelos princípios constitucionais da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa fé, fixados para o exercício das funções da Administração Pública.

O Gabinete de Informação
da FNSTFPS

Contacto: Artur Sequeira/telm: 927 960 211